



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

FÓRUM NACIONAL DE SAÚDE
Comitê Executivo Estadual
Monitoramento das Demandas
de Assistência à Saúde



ATA DA REUNIÃO

Local: Plataforma Zoom

Data: 28.10.2021

Horário: 08:45 – 09:40

Participantes:

1. Dr. Eduardo Perez Oliveira - Juiz de Direito e Coordenador deste Comitê;
2. Ariana Vieira Caixeta - Procuradora do Estado;
3. Eliane Pereira dos Santos - Diretora de Assistência do Ipasgo;
4. Géssica Cruvinel Pereira - Procuradora do Estado/Ipasgo;
5. Larissa Martins - Defensora Pública Federal;
6. Luana Ribeiro - Secretária Executiva da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás;
7. Márcia Regina Muller Schroeder Reis – Farmacêutica do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário - Natjus;
8. Marília Cláudia Carvalhais – Assessora Jurídica do Cosems/Go;
9. Michelle Bitta Alencar de Sousa - Defensora Pública do Estado de Goiás;
10. Roberta Soares São José - Advogada da Unimed Goiânia;
11. Raquel Teixeira Mendes - Analista Jurídica do Natjus.

Itens da pauta da 6ª Reunião

1. Discussão sobre os projetos 1 a 3, quanto aos andamentos.
2. Será tratada sobre a agenda de eventos.
3. Debate sobre a judicialização da saúde pública e complementar.

Deliberações:

1. COSEMS – programa 1 – sugere a proposta de incluir como parte das reuniões regionais da corregedoria, uma hora e meia, que facilitaria a agenda. Foi levantada a dificuldade do tempo ser muito curto, máximo de 1h30. A ideia eram encontros regionais bimestrais, considerando as macros. A proposta do plano de ação original



é mais interessante, segundo o Cosems.

2. COSEMS irá apresentar a proposta, se possível com calendário. Foi sugerido fazer um único evento, em vez de vários.
3. O Presidente do Comitê sugere que o COSEMS traga a proposta de estrutura e de data, e que sejam consultadas as regiões para que apresentem seus problemas mais comuns para serem debatidos.
4. Sobre a revista, está em andamento.
5. Projeto 2. Prazo para janeiro, para que a revista saia no início de fevereiro. Prazo até 10 janeiro de 2022.
6. Cosems, fez um convite para no dia 11.11.2021 às 14h, em local a definir, para participação da reunião tripartite para deliberar sobre os problemas da regulação no Âmbito do SUS. Entende-se importante a presença do Judiciário. Se fosse possível levar os juízes da fazenda pública da capital, ficou de verificar.
7. Sobre o atendimento das decisões judiciais. Projeto 3. DPE disse que depende muito do que se pede. Às vezes pela dificuldade de acesso do cidadão dentro do sistema, por falta de informação, gera muita demanda. Alguns medicamentos demoram um pouco para cumprir, precisa-se fazer bloqueio, mas temos trabalhado com SES e a SMS, especialmente esta, no sentido de evitar a judicialização.
8. DPU o cumprimento ainda demora um pouco, depende muito da natureza do pedido. A internação costuma ser mais rápida, mas dependendo do medicamento ou tratamento demora a cumprir, ainda temos dificuldade. Depende da natureza do que está sendo pedido, da unidade judicial. Mas ainda tem grande demora, ainda precisa chegar ao bloqueio.
9. DPE argumenta que alguns colegas relatam problemas de andamento quanto à citação ou intimação, mas não identificável ainda qual ponto. Será levantado.
10. PGE pediu a palavra para viabilizar bloqueio em face da União, que hoje não é possível, e precisa ser discutido. Sempre está recaindo sobre os cofres do estado, precisamos discutir isso junto à justiça federal.
11. Sobre eventos, sobre saúde pública e suplementar. Fazer eventos mensais, pelas escolas EJUG, defensoria e outras, cada uma um mês. Montar lives pequenas, mais objetiva, considerações sobre os temas concretos.
12. DPE manifestou positivamente, o IPASGO também. A DPU também manifestou positivamente. Uma discussão é o rol da ANS, e pela DPU levantada a questão das crianças com paralisia cerebral e a limitação de sessões de fisioterapia.
13. O Presidente do Comitê irá fazer um desenho e trazer.
14. Sobre o acesso dos pacientes aos prontuários, o IPASGO informou que há dificuldade de acesso e entender que é documento do paciente. Em processos o IPASGO já verificou a existência dessa dificuldade.
15. DPU disse que nesse caso a questão de conscientizar apenas não vai funcionar.



Juntar isso juntamente com uma recomendação conjunta de direito de acesso à informação.

16. COSEMS sugeriu a redação do enunciado. Sugerir como pauta para a próxima reunião a recomendação do Comitê de Saúde para a observância desse direito.

17. Como pauta próxima reunião tratar também de publicidade, card.

Itens de ações

Itens da ação	Responsável	Prazo	Status
Reunião mensal do comitê na última sexta feira do mês	Todos	12/04/2021	Aprovada
Votação do Regimento Interno (Sugestões).	Todos	28/05/2021	Finalizada
Votação do Regimento Interno	Todos	02/07/2021	Aprovada
Votação da composição dos demais conselhos.	Todos	30/07/2021	Finalizada
Votação - Comunicar o Diretor do Foro em relação às demandas.	Todos	03/09/2021	Em andamento

(datado e assinado digitalmente)

Dr. Eduardo Perez Oliveira

Juiz de Direito e Presidente do Comitê Estadual de Goiás do Fórum Nacional da Saúde do CNJ.